

**Reunião ordinária****Data: 2022-10-31****Início: 09.30 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho****Termo: 11.39 horas****Presenças:**

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Maria de Lurdes Ferromau Fernandes
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão
	Luís António Antunes Francisco
	Hélder Duarte Henriques

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----****APROVAÇÃO DE ATAS-----****BALANCETE-----****PROPOSTAS:-----****PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----****N.º 01 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM O ESTADO (6876/ENTE/DAJA/2022 – 9/ORGFUN/PR/2013)-----****N.º 02 – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE CARREGUEIROS (533/PGEN/DF/2022)-----****PROPOSTA DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO:-----****N.º 03 – TERMO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA MOBILIDADE PARTILHADA NO MUNICÍPIO DE TOMAR PARA A INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA DE TROTINETAS COM MOTOR PARTILHADAS SEM DOCA – revogação (7052/ENTE/DAJA/2022 – 2/DIVER/DAJA/2021)-----****INFORMAÇÕES:-----****INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----****N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO**



- DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 (45/PPRC/PR/2022)**-----
- DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:** -----
- N.º 05 - CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO - Junta de Freguesia de Paialvo (7041/ENTE/DAJA/2022 - 14/DIVER/DOM/2014)**-----
- N.º 06 - EMPREITADA PARA RECUPERAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BAPTISTA EM TOMAR (1.ª FASE) - prorrogação do prazo de execução (7025/ENTE/DAJA/2022 - 13/CONPUB/DOM/2021)** -----
- DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:**-----
- N.º 07 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Sporting Clube de Tomar (6282/ENTE/DAJA/2022 - 1/APOIOS/DADJ/2019)** -----
- DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:** -----
- N.º 08 - PROCISSÃO DE VELAS - isenção de taxas (58/OVEP/DAJA/2022 - 1/AUTLIC/DAJA/2022)**-----
- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:**-----
- N.º 09 - ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TEMPLÁRIOS - ANO LETIVO 2022/2023 (12/PPSR/DEISA/2022)** -----
- N.º 10 - ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS NUNO DE SANTA MARIA - ANO LETIVO 2022/2023 (10/PPSR/DEISA/2022)** --
- N.º 11 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS - ANO LETIVO 2022/2023 - 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO (2.ª FASE) (18/ESPP/DEISA/2022 - 1/ASESC/DEISA/2022)**-----
- N.º 12 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESPECIAIS A CRIANÇAS PROVENIENTES DE FAMÍLIAS CARENCIADAS - ANO LETIVO 2022/2023 - JARDINS DE INFÂNCIA (1.ª FASE) (20/ESPP/DEISA/2022)**-----
- N.º 13 - UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO NO ANO LETIVO 2022/2023 NO ÂMBITO DE PROJETOS MUNICIPAIS DIRIGIDOS AOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO E À UNIVERSIDADE SÉNIOR (19/ESPP/DEISA/2022)** -----
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:** -----
- N.º 14 - CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE - Isabel Rosa Duarte Jacinto (405/ECER/DGT/2022 - 376/EDIF/DGT/2022)**-----
- N.º 15 - CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE - Vitor Manuel dos Santos Francisco (428/ECER/DGT/2022 - 397/EDIF/DGT/2022)**-----
- N.º 16 - CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE - Manuel de Almeida Lopes**



(443/ECER/DGT/2022 - 427/EDIF/DGT/2022)-----

N.º 17 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Maria Rita Hintze Cardoso Delgado Alves Casquilho (719/JUEL/DGT/2022 - 350/EDIF/DGT/2022)-----

N.º 18 – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA – isenção de taxas (41/INFP/DGT/2022 - 452/EDIF/DGT/2022)-----

N.º 19 – REQUALIFICAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DA PORTELA PARA ALOJAMENTO E NÚCLEO MUSEOLÓGICO – parecer prévio ao projeto de alterações (291/RJUE/DGT/2022 - 52/EDIF/DGT/2021)-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 20 – LOJA DO TURISMO 2022 – PREÇOS DO ARTESANATO E PRODUTOS LOCAIS (195/PGEN/DTC/2022)-----

N.º 21 – LOJA DO TURISMO 2022 – VENDA DE MERCHANDISING DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO CAMINHO DE SANTIAGO (206/PGEN/DTC/2022)-----

N.º 22 – PREÇO DE VENDA DE PUBLICAÇÕES (208/PGEN/DTC/2022 - 8/DIVER/DTC/2014)

EXPEDIENTE:-----

N.º 23 - INFORMAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DA TEJO AMBIENTE, EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, EIM, SA REFERENTE AO ANO DE 2022 (6811/ENTE/DAJA/2022 - 1/ENTEXT/PR/2019)-----

N.º 24 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE (7060/ENTE/DAJA/2022 - 24/DIVER/PR/2013)-----

Sendo nove horas e trinta minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e deu-se início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções:-----

O Sr. Vereador Hélder Henriques deu nota que irá decorrer no dia seis, entre as dez e as dezasseis horas, na tenda do Mercado, mais uma campanha de adoção de animais de companhia, promovida pelo Canil Gatil Intermunicipal, com a colaboração da Associação Protetora dos Animais da Região do Ribatejo, convidando a população a visitar o espaço e a concretizar, se possível, uma adoção consciente e responsável. Salientou que vão continuar a apostar nestas campanhas, que têm subjacentes mais valias ao nível da eventual diminuição do número de animais residentes e da melhor qualidade de vida dos animais que venham a ser adotados, assim como a sensibilizar a população para visitar o Canil Gatil e melhor perceber a realidade ali existente. Enalteceu o trabalho que tem sido desenvolvido naquele equipamento intermunicipal pela equipa liderada pela Médica Veterinária Municipal, e pelo Departamento de



Obras Municipais, em termos de alargamento e melhoria das instalações, assim como o apoio da área financeira no suporte dos respetivos encargos.-----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes manifestou o profundo descontentamento do Município perante a atitude individual de um automobilista participante no encontro promovido pelo Alfa Romeo Clube de Portugal, inédita nos eventos do género que têm ocorrido em Tomar, que também já apresentaram junto da organização, que apresentou desculpas e tentou esclarecer os motivos que terão estado na origem da ocorrência, atitude que se agradece, mas não evita a aplicação das medidas previstas no regulamento. Deu nota que os serviços procedem à avaliação dos danos causados para imputação dos custos da respetiva reparação. Referiu que ainda não estão reunidas as condições para apresentação das contas da Feira de Santa Iria, adiantando que, em termos de organização e funcionamento, não se verificaram grandes conflitos, roubos ou problemas de trânsito, e que foi muito positivo o feed back que recolheu junto dos vendedores e participantes no evento; muitos vendedores reportaram que foi a feira onde fizeram mais vendas a nível nacional; também as vendedoras de passas reportaram que, apesar de o passado, como local de venda, ser um espaço muito mais bonito e acolhedor, há muito anos não se lembravam de escoar tanto o seu produto. Referiu que, independentemente das diferentes opiniões que possa haver em relação ao modelo da Feira, o evento foi, em termos económicos, uma mais valia para quem vive desta atividade, e também para a economia local, dado que a hotelaria esteve completamente cheia e houve restaurantes localizados nas zonas limítrofes que alcançaram a maior caixa do ano, o que é motivo de orgulho. Deu conhecimento que, no âmbito das comemorações do aniversário da Biblioteca Municipal António Cartaxo da Fonseca, vão ter lugar, durante o mês de novembro, uma panóplia de atividades, destacando, no dia dois, a inauguração da exposição alusiva aos cem anos de José Saramago, em parceria com a associação Espaço Zero, e, no dia quatro, a inauguração da exposição alusiva aos oitenta anos de carreira do ator Ruy de Carvalho, com a presença dessa figura incontornável da cultura, que, à noite, sobe ao palco do Cineteatro Paraíso, no espetáculo "A Ratoeira". Informou que vai ser publicada uma edição dos Cadernos Culturais Nabantinos comemorativa dos cem anos do nascimento do tomarense José-Augusto França, e que se vai realizar no dia doze, na tenda do Mercado, a festa do Marmelo, onde as instituições sociais do concelho promovem a venda dos produtos que confeccionaram, com aproveitamento deste produto endógeno, e de outros produtos da época, e arrecadam a totalidade da receita, esperando-se elevada participação para, desta forma, ajudar quem muito ajuda os outros. -----



O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que é de lamentar a situação ocorrida no encontro dos Alfa Romeo, mas carece de esclarecimento se o evento foi previamente autorizado, por quem e no uso de que competências. Salientou que já estão habituados a este tipo de feed back, sempre positivo, recolhido e transmitido oralmente; pelo menos este ano, não se recorda de ter sido apresentado qualquer relatório escrito sobre o Congresso da Sopa, o Festival de Artes de Rua ou a Festa Templária, e folga em saber que vão ser apresentados com um relatório da Feira de Santa Iria, esperando que possa apresentar dados concretos e palpáveis. Sublinhou que o desenvolvimento da economia local não se consegue de um dia para o outro, e com uma medida pontual, e seria interessante que, para além das receitas e das despesas, o relatório pudesse avaliar o efetivo impacto desta ação na economia, por exemplo, se os hotéis estiveram cheios devido à realização da feira ou se estariam cheios mesmo que não se tivesse realizado. Sublinhou que, na conferência de imprensa, a Sra. Vereadora falou em cerca de noventa mil euros de despesa, mas verificaram que só os contratos públicos ascendem a cento e cinquenta mil euros, aos quais ainda acresce o IVA, e seria interessante saber qual dos números é real e qual o resultado financeiro que podem esperar.-----

Em resposta, a Sra. Presidente informou que o encontro dos Alfa Romeo foi promovido por uma entidade privada e que os pedidos de licenciamento da ocupação do espaço público não carecem de apreciação deste órgão.-----

Em resposta, a Sra. Vereadora Filipa Fernandes reforçou a informação de que foi solicitado aos hotéis e aos estabelecimentos de alojamento local que indicassem a respetiva ocupação anual, para poderem apresentar a este órgão e, assim, se perceber se as atividades que integram a programação anual do Município têm ou não têm impacto na economia local. Referiu que, na conferência de imprensa, respondeu à questão que lhe foi colocada em relação aos artistas e não pretende avançar quaisquer números em relação ao evento na sua globalidade, até que o balanço final esteja concluído.-----

O Sr. Vereador Tiago Carrão sugeriu que a apresentação deste tipo de relatório passe a ser prática corrente em relação aos eventos que o Município promove dado que têm interesse nessa informação. Retomando a questão do encontro dos Alfa Romeo, referiu que a atual governação aprovou um regulamento da utilização de espaços verdes, parques, jardins e ajardinamentos situados em domínio público municipal e classificação municipal de arvoredo de interesse público municipal, que, no seu artigo oitavo, dispõe que é vedado o estacionamento de qualquer tipo de veículo sobre canteiros, relvados ou plantas, qualquer que seja a sua localização ou estado, e entende que deve ser esclarecido como é que foi autorizado



um evento de veículos automóveis num espaço verde, em violação clara desse regulamento, ou se a autorização concedida não envolvia o estacionamento naquele local e essa condição não foi cumprida. -----

Em resposta, a Sra. Presidente esclareceu que fora dos canteiros e relvados o estacionamento não é vedado e pode haver exceções, mediante deliberação da Câmara Municipal, como já aconteceu, num determinado ano, no âmbito do Rali dos Templários.-----

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que o regulamento tem um artigo de exceção apenas para a desclassificação do arvoredo de interesse público, que carece de deliberação deste órgão, e não deixa nada em aberto no que se refere ao estacionamento. Pediu confirmação de que o evento foi autorizado, mas não o estacionamento no relvado, porque, se assim for, a situação é bem mais grave do que parecia; não estará em causa uma atitude individual, como foi relatado, mas a violação das disposições regulamentares e da própria autorização concedida. Salientou que, na passada semana, a Sra. Presidente deu uma entrevista à Radio Hertz, onde referiu estar feito o grosso do investimento na habitação social e gostaria que pudesse esclarecer se se estava a referir mais especificamente às comunidades de etnia cigana ou à comunidade residente no concelho em geral, porque existem muitas situações de carência habitacional; por outro lado, em termos de investimentos, a Sra. Presidente falou num retail park na avenida Maria de Lourdes Mello e Castro, numa superfície comercial na zona da CP e, até, da eventual construção de um novo quartel para a GNR, com um detalhe muito maior do que alguma vez os eleitos deste órgão tiveram oportunidade de escutar, reparo que deixa porque são temas interessantes e o desenvolvimento económico é algo que é muito caro aos eleitos do PSD, que ficam na expectativa que sejam coisas que se venham a concretizar, ao contrário de alguns investidores chineses que nunca mais apareceram. -----

Em resposta, a Sra. Presidente confirmou que o grosso do investimento em habitação social está feito, mas haverá sempre cidadãos com carências de habitação desta tipologia e continuará a haver necessidade de investimento nesta área; neste momento, há condições para, sem perder de vista as necessidades de apoio que ainda existam, alocar verbas a outras tipologias de habitação, nomeadamente habitação a custos controlados e rendas apoiadas. No que se refere à questão do investimento, referiu que percebe o que foi dito, mas está em causa o relacionamento com privados e, se querem chegar a bom porto, tudo tem um timing para ser tornado público; seria desejável que os sete eleitos estivessem inteirados do que vai acontecendo em termos de contatos com potenciais investidores, mas as reuniões deste órgão são públicas e, se abordar aqui essas matérias, não estará a cumprir o que acordou com as



empresas interlocutoras. Saliuou que todos desejam que os contatos com potenciais investidores cheguem a bom porto e que os investimentos se concretizem, e, para isso, a montante, tem que ser feito todo o trabalho necessário; estão a trabalhar com um conjunto de investidores, nalguns casos há cerca de dois anos, e esperam que os investimentos se concretizem, mas, se isso não vier a acontecer, não será por não terem feito tudo para o conseguir. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão insistiu na pergunta se foi autorizado o encontro dos Alfa Romeo com estacionamento no Mouchão, fora do espaço verde, e houve violação das normas regulamentares por parte da organização, ou se foi concedida autorização para estacionamento no espaço verde contrariando o regulamento em vigor. -----

Em resposta, a Sra. Presidente informou que foi concedida autorização para utilização do espaço público, mas, neste momento, não pode responder com total certeza à questão do estacionamento. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão requereu o acesso à informação para perceber o que foi pedido e o que foi concedido. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes mostrou preocupação face à falta de sustentabilidade da afirmação da Sra. Presidente de que estará praticamente tudo feito em termos de habitação social, tendo em conta os objetivos e a data em que o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Tomar foi elaborado, e que se desconhece que tenha sido objeto de revisão, ou que a mesma esteja prevista. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão salientou que a Estratégia Local de Habitação é posterior ao Plano de Desenvolvimento Social e apresenta um retrato bastante fiel daquilo que os serviços municipais e as instituições representadas na Rede Social verificaram no território sendo certo que as questões da ação social em geral, e da habitação em particular, evoluem e obrigam a que, a título proactivo, se faça um acompanhamento, o mais possível diário, junto das famílias que habitam em fogos municipais, e também das situações que possam ir surgindo. Referiu que as questões da habitação têm que ser vistas numa perspetiva temporal, que se inicia com a atual governação, porque é um facto que, em particular no primeiro mandato, sem paralelo em nenhum outro, pelo menos no período pós vinte cinco de abril, foram alojadas dezenas de agregados familiares, a maioria dos quais da comunidade em geral; mas existia uma questão que afetava os agregados pertencentes a uma determinada etnia, a residir em condições que não eram dignas, face à Constituição e ao modo de vida da comunidade, que carecia de um olhar específico, e também uma área da cidade que precisava



de ser requalificada; podiam ter ido para além dos concursos para habitação, mas as famílias de etnia cigana sempre se candidataram aos procedimentos que foram sendo abertos. Salientou que existem cerca de duzentos fogos habitacionais municipais e que, como é suposto acontecer, há alguma rotatividade na habitação social (algumas casas vão ficando vagas, a maioria por motivo de falecimento dos residentes, em grande parte idosos, nomeadamente nos Bairros) e, depois de submetida à intervenção julgada necessária, é imediatamente entregue a quem dela precisa; tem-se verificado uma grande recuperação de habitações sociais e um excelente trabalho, também devido à forte parceria da Junta da União das Freguesias de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais, tentando sempre chegar a quem mais precisa, com observação das disposições legais e regulamentares. -----

Em complemento, a Sra. Presidente esclareceu que não vai deixar de haver habitação social e vai continuar a haver investimento nesta área, mas com outros montantes, dando nota de que o Plano de Desenvolvimento Social se encontra em revisão. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que a visão Médio Tejo dois mil e trinta não foi discutida a nível do concelho, com o envolvimento da Assembleia Municipal, como seria desejável, mas, numa versão que ainda não será a final, estão identificadas algumas orientações estratégicas para alocação dos recursos financeiros, uma das quais se prende com a renovação do modelo competitivo regional, a internacionalização, o investimento e a inovação, apresentando-se como grande desafio o adensamento do ecossistema da inovação empresarial e, neste, a promoção de um ecossistema de atração de empresas e captação de investimento, na lógica da diversificação de sectores estratégicos: promover a captação de empresas e investimentos de iniciativas empreendedoras, criação de postos de trabalho e qualificação de espaços de acolhimento empresarial; em termos operativos, o motor de aprofundamento e da interação funcional do ecossistema operativo regional beneficiará da articulação entre o Instituto Politécnico de Tomar e outros parceiros no território, assim como associações empresariais, autarquias, entre outros. Referiu que o Centro de Valorização do Conhecimento, envolvendo um investimento estimado em cerca de três milhões de euros, com comparticipação de fundos comunitários, foi tido como preponderante e importante para o concelho de Tomar, e ficou pelo caminho, mas, no discurso proferido pelo Sr. Presidente do Instituto Politécnico de Tomar, na sessão de abertura do corrente ano letivo, o mesmo volta a ter vida e parece existir a expectativa de vir a ser uma realidade, pelo que questiona qual é a possibilidade de isso se vir a concretizar. -----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que a Câmara Municipal solicitou a realização de



uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para debater o próximo Quadro Comunitário de Apoio, tendo em conta o período de abrangência do mesmo, a oportunidade de partilhar informação, nomeadamente sobre a estratégia do Médio Tejo para esse ciclo de financiamento, e também de, nesse âmbito, debater os investimentos estratégicos para o concelho; na última reunião da Comissão Permanente, a decisão ficou adiada para dia dezoito, tendo em conta que houve partidos que pretendem analisar primeiro a documentação de que dispõe, e que será enviada ainda hoje, mas o Partido Social Democrata manifestou não haver necessidade de realizar essa sessão. Referiu que a internacionalização está muito ligada à questão das empresas e ao sistema de incentivos às empresas, e o território tem que se organizar, não obstante o triângulo instituições de ensino superior/empresas/poder público já estar materializado no programa CR Inova, dinamizado pelo Eng.º José Rosa, ex-quadro da Mitsubishi, cujo acordo de parceria a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo foi a primeira a assinar na área da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, com envolvimento do Instituto Politécnico de Tomar desde o primeiro momento. Referiu que ouviu o discurso do Sr. Presidente do IPT e o repto direto que fez à Câmara Municipal de Tomar, mas não tem uma posição tomada; o investimento está previsto no orçamento municipal há uma série de anos, houve a possibilidade de o concretizar este ano, mas, pelos motivos que são conhecidos, não aconteceu; na próxima semana, terá uma reunião com o Sr. Presidente, com quem partilhará um plano alternativo para realização do investimento noutra local, de forma mais rápida e com menos custos para a autarquia, e, se houver acordo, será envolvida também a Softinsa; se as partes não se sentirem confortáveis com essa alternativa, será retomado o plano inicial, sendo certo que a Câmara terá que aguardar a abertura de novas candidaturas ou recorrer a empréstimo bancário para poder assumir a construção. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes realçou que sempre foi referida a dificuldade da tutela em resolver a questão da utilização do espaço previsto inicialmente, e, face a esta explicação, questiona se a situação estará ultrapassada. -----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que é por a questão não estar completamente ultrapassada que há algumas dúvidas e se equaciona um plano alternativo, sendo certo que, se tiverem que retomar o plano inicial, não tenciona ir além da abertura de rubrica orçamental, até que exista a garantia de que a situação está ultrapassada. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco defendeu que o Centro de Inovação e Conhecimento será relevante para o concelho e que haverá vantagem em se mover algum obstáculo que possa existir para que se venha a concretizar. Perguntou se a Câmara tem dado apoio financeiro à



Casa do Concelho de Tomar, se tem a intenção de o fazer ou porque é que isso não acontece. Sobre a utilização do autocarro municipal no âmbito de projetos educativos, referiu que, quase três meses depois, recebeu a documentação que lhe permitiu verificar que os erros da informação inicial resultaram de se ter multiplicado o coeficiente hora pelos quilómetros apresentados (os sete mil quilómetros iniciais/cerca de setenta utilizações, são agora vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta e seis quilómetros/oitenta e três utilizações), mas continua sem se perceber como se chegou ao valor de quarenta e oito euros e noventa e um cêntimo relativo ao custo hora da viatura/máquina; são adiantados uma série de itens, mas não se explica como se chega aos vinte e nove euros e sete cêntimos da amortização do equipamento, ou ao valor de um euro e oito cêntimos dos pneus, nem quais foram os consumos anuais, os quilómetros percorridos e as horas utilizadas, para poderem perceber se são valores razoáveis ou não; para além de que o valor imputado por hora devia ser diferente quando a viatura se encontra em andamento e quando se encontra parada, e que o valor do motorista não aparece nos cálculos. -----

Em resposta, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que a Casa do Concelho de Tomar é a embaixada de Tomar na capital, mas situa-se na freguesia de Alvalade, concelho de Lisboa, e só as associações sedeadas no concelho podem candidatar-se aos apoios no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo; ao longo dos anos, tem sido pontualmente solicitada, e prestada, alguma colaboração, nomeadamente no âmbito das comemorações do septuagésimo quinto aniversário da instituição, mas não se recorda que tenha havido algum pedido de apoio financeiro. Sublinhou que a utilização do autocarro é uma atividade importante, nomeadamente na área da educação, e envolve um investimento considerável, do qual prestam contas; este ano, a informação não foi trabalhada pela pessoa que habitualmente o faz e a fórmula não foi corretamente aplicada, mas o erro foi detetado, e assumido, e não lhe parece que seja assunto que mereça discussão, para além de que a questão dos valores imputados é essencialmente técnica. -----

Em complemento, a Sra. Presidente referiu que, quando lhe é solicitado, a Câmara tem apoiado a participação das freguesias em atividades promovidas pela Casa do Concelho de Tomar. No que se refere aos custos imputados à utilização do autocarro, esclareceu que a Câmara Municipal tem implementado o sistema de informação da AIRC em todos os setores da atividade municipal e que o valor imputado à amortização do bem é calculado, de forma automática, assim como o custo da mão de obra do motorista, que apenas varia porque os motoristas são três e têm diferentes vencimentos. -----



O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que apesar de não ter sede na área do concelho a Casa do Concelho promove Tomar e deve merecer o apoio do Município, a exemplo do que fazem outras autarquias em relação às respetivas instituições similares. Realçou que a questão à volta da utilização do autocarro pode parecer de somenos importância, mas é importante na medida em que vão ocorrendo erros de informação, e incorreções, até na informação que a Sra. Presidente presta regularmente à Assembleia Municipal; até por uma questão de transparência, é importante a prestação de contas, mas a informação tem que ser verificada previamente, para evitar este tipo de erros. Referiu que o custo imputado à utilização da viatura no contexto específico dos projetos educativos não considera o valor da mão de obra do motorista e estranha-se que, num contexto de inflação, de aumento dos custos de manutenção e de abastecimento, se continue a trabalhar com base num determinado coeficiente fixo, sem quaisquer ajustamentos ao longo do tempo; só perceberão se o coeficiente está correto se souberem como é que se chega aos valores das parcelas que são consideradas; se resultam do sistema, de forma automática, deve haver espírito crítico quanto à correção dos valores, para evitar que resultem em prejuízo da autarquia ou dos utilizadores.

Em resposta, a Sra. Presidente reforçou que a Casa do Concelho de Tomar não poderá candidatar-se a apoio no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo, mas pode ter apoio extraordinário, se for solicitado e/ou este órgão o entender. Realçou que, com exceção das portagens, as associações não pagam qualquer valor pela utilização do autocarro, sendo os valores meramente indicativos dos custos para o município. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, as atas das reuniões do Executivo Municipal realizadas no dia trinta e um de agosto, e nos dias cinco e dezanove de setembro de dois mil e vinte e dois, cuja leitura foi dispensada por terem sido distribuídas previamente a todos os membros da Câmara Municipal, as quais foram aprovadas por unanimidade. -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do CPA, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, por não ter estado presente na respetiva reunião, o Sr. Vereador Hugo Renato Ferreira Cristóvão não participou na aprovação da ata da reunião de trinta e um de agosto. ---

Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:-----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia vinte e oito de outubro de dois mil e vinte e dois, o qual acusa os seguintes saldos: seis milhões, duzentos e vinte mil, dezoito euros e quarenta cêntimos (6.220.018,40€) em Operações Orçamentais, e trezentos mil, duzentos e setenta e



dois euros e vinte sete cêntimos (300.272,27 €) em Operações Não Orçamentais. -----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----

N.º 01 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM O ESTADO-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que aprovou a celebração de protocolo de cooperação com o Estado, representado pela Ministra da Defesa Nacional, pela Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, pelo Ministro da Educação e pela Ministra da Coesão Territorial, visando a implementação do “Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz” junto da comunidade educativa, destinado à educação pré-escolar e aos ensinos básico e secundário, de acordo com o disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, na sua redação atual. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 3775/PR/2022, de 14 de outubro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 02 – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE CARREGUEIROS-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Carregueiros, no valor de 51.565,82€ (cinquenta e um mil, quinhentos e sessenta e cinco euros e oitenta e dois cêntimos), para reparação do telhado da respetiva sede, tal como proposto na informação n.º 1535/2022 da Divisão Financeira.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o referido apoio, conforme proposto na informação n.º 1535/2022 da Divisão Financeira, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que a forma como a proposta é apresentada parece evidenciar o pagamento da empreitada e não a atribuição de um apoio, mas é evidente um erro no cálculo no valor com IVA, que importa corrigir na deliberação e no cabimento. -----

A Sra. Presidente agradeceu a chamada de atenção e procedeu à correção da proposta de apoio para o valor correto. -----

PROPOSTA DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO:-----



N.º 03 – TERMO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA MOBILIDADE PARTILHADA NO MUNICÍPIO DE TOMAR PARA A INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA DE TROTINETAS COM MOTOR PARTILHADAS SEM DOCA – revogação-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de revogação do termo de cooperação celebrado com a empresa Fastbird Rides Portugal, Unipessoal Lda, para o desenvolvimento da mobilidade partilhada no Município de Tomar para a instalação e operação de sistema de trotinetas com motor partilhadas sem doca, nas condições apresentadas.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aceitar a proposta de revogação apresentada pela Fastbird Rides Portugal, Unipessoal Lda.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão deu nota que a comunidade teve a oportunidade de usufruir deste serviço, mas, nos últimos tempos, o negócio terá ficado aquém das expectativas da empresa que, tendo pela frente os meses de inverno, que seriam claramente piores, entendeu não ter condições para manter o protocolo, pelo menos para já. -

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que concordam com a revogação, mas entendem que os motivos que a ela conduziram deviam constar da documentação, para além de que, como acontece noutras parcerias estabelecidas, por falta de relatórios de acompanhamento e de informação sistematizada, ficam por conhecer dados que seriam importantes; neste caso, estava subjacente a concessão de utilização de espaço público para funcionamento de um sistema de trotinetas com motor partilhadas sem doca, facto que, desde logo, permitiu antever alguns riscos, para além dos muitos casos de vandalismo ou de má utilização que se vieram a verificar ao longo da vigência do termo de cooperação, que parecem levar a concluir ter sido uma má experiência.-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão defendeu que não foi uma má experiência porque os cidadãos tiveram a possibilidade de experimentar um meio diferenciador de locomoção a baixo custo e ambientalmente favorável; um ou outro episódio, ou situação de menor cuidado cívico por parte de alguns utilizadores, não invalida o projeto, que foi muito importante para quem utilizou as trotinetas e muita gente sentirá a falta deste meio de locomoção que permitia chegar a qualquer ponto da cidade em cinco minutos; as empresas precisam de ter lucro nos seus negócios e é provável que não fosse o suficiente, mas acredita que, no futuro, surgirão outras soluções ambientalmente sustentáveis e financeiramente adequadas a todos os cidadãos.-----



A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes frisou que a má experiência não será do ponto de vista dos utilizadores, mas em termos gerais, sendo certo que, por falta de indicadores, não passa do nível da perceção, seja ela mais ou menos favorável. Reafirmou a necessidade de realizar reuniões regulares de acompanhamento dos projetos e parcerias, que permitam identificar eventuais dificuldades e forma de as ultrapassar atempadamente. -----

O Sr. Vereador Luis Francisco reforçou que, apesar das falhas verificadas, a oferta deste tipo de transporte foi uma mais valia para a cidade e haverá que trabalhar outras eventuais hipóteses, outro operador ou o mesmo operador noutras condições, com estabelecimento de regras de utilização e de estacionamento, a exemplo do que está a acontecer noutras cidades, e também maior penalização de quem faz uso abusivo do equipamento. -----

INFORMAÇÕES: -----

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----

N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em outubro pela Sra. Presidente, no uso das competências delegadas pela Câmara Municipal, por deliberação de 20 de outubro de 2021. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu haver dúvidas perante o despacho de aprovação do procedimento de ajuste direto para aquisição de serviços para realização, no corrente ano, do evento Tomar – O Centro Mágico do Natal, pelo valor de duzentos e quinze mil euros, a aguardar a celebração de contrato com a mesma empresa a quem foi adjudicada a realização do evento do ano anterior, pelo valor de cento e setenta e cinco mil euros, numa perspetiva de o evento ter continuidade no ano seguinte; o evento não se realizou em dois mil e vinte um, devido à pandemia, mas terá sido pago o preço contratual de cerca de cento e cinquenta e três mil euros, e gostariam de conhecer o relatório final da execução desse contrato, publicado no passado mês de julho, e a justificação para o valor substancialmente mais elevado da prestação de serviços no corrente ano e, também, se a Câmara apoiará o evento de Natal em Santa Cita, caso este se realize, e como se irão articular as duas iniciativas.-----

Em resposta, a Sra. Presidente esclareceu que o contrato já estava assinado quando foi tomada a decisão de não realizar o evento devido ao Covid, e a empresa já tinha efetuado um conjunto de aquisições que tiveram que ser pagas, cuja relação irá remeter, para



conhecimento; apesar de haver a intenção de realizar o Tomar Natal nos dois anos, o contrato tinha como objeto o evento de dois mil e vinte e um; havia a intenção de, este ano, realizar o evento na Várzea Grande, e de englobar uma pista de gelo, mas, devido à crise energética, a opção recaiu numa atividade mais contida, na Praça da República, com oferta de muita animação diária, reforçada ao fim-de semana, e daí o aumento em relação ao contrato anterior. No que se refere à eventual realização do evento em Santa Cita, referiu que a organização tem conhecimento do evento que a Câmara vai desenvolver (associado à COFINA, que vai dar a cobertura e tem uma série de patrocínios) e não vê que as atividades sejam incompatíveis; cabe aos promotores do evento a decisão de o realizar, mas não está previsto atribuir qualquer apoio que não seja logístico, caso seja solicitado.-----

Em complemento, a Sra. Vereadora Filipa Fernandes deu nota de que reuniram com a nova direção artística do evento de Santa Cita e sabem que o mesmo irá decorrer apenas nos dias dezasseis, dezassete e dezoito; o apoio financeiro foi concedido no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo e tem havido um esforço para corresponder aos pedidos de apoio logístico, nomeadamente utilização do autocarro e cedência de bancas para o Mercado de Natal.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes realçou que não se recorda de ter visto referências à cobertura da COFINA e a patrocínios nos documentos, mas verificou a existência de uma bilheteira no desenho que lhes foi enviado e gostaria de saber o que é que os utilizadores terão que pagar neste evento pago pelo Município.-----

A Sra. Presidente informou que a bilheteira se destina à venda de bilhetes para o comboio e o carrocel, e à recolha de entradas grátis nos divertimentos, mediante comprovativo de compras nos estabelecimentos comerciais aderentes na campanha de Natal que a Câmara promoverá, sem prejuízo de poderem igualmente ser oferecidas entradas às crianças do concelho em idade escolar.-----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que seria interessante conhecer o que está previsto para a época de Natal, montante global do investimento, incluindo a iluminação, e previsão de proveitos. Defendeu que a Câmara devia estimular a união dos empresários e dos lojistas para promoção deste tipo de iniciativas, sem prejuízo de poder dar apoio, ou entrar como parceira; é óbvio que ficarão satisfeitos se a Câmara tomar a iniciativa e pagar, mas a verdade é que grande parte do investimento devia partir das empresas que vão tirar dividendos e têm interesse.-----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes referiu que se pretende contenção na iluminação de



natal e se prevê a respetiva redução em termos de espaços e horários. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão perguntou qual é a estimativa do investimento em iluminação e qual é a justificação para por termo à campanha de natal nos moldes em que se realizou nos dois últimos anos, tendo em conta que a consideraram um grande sucesso. Convidou à reflexão sobre o momento que estão a viver, e que irão viver nos próximos tempos, que não antevê fáceis, com enormes dificuldades para pessoas, famílias e instituições, e sobre a vantagem de manter ou reduzir gastos desta natureza. -----

Em resposta, a Sra. Presidente informou que o orçamento da iluminação ainda não está fechado, mas vai acontecer redução da iluminação e do respetivo horário de funcionamento, assim como vai ser estabelecido um plano geral de redução de custos com energia e consumo de água, incluindo a iluminação no Convento de Cristo. Salientou que o investimento nas campanhas de natal nos anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um cumpriu o objetivo de apoio ao comércio local e às famílias, devido à pandemia e aos efeitos desta, mas, este ano, já não se justifica nos mesmos moldes. Referiu que os preocupa o impacto que o próximo ano vai ter nas famílias da classe média, face à subida das taxas de juro e ao aumento dos preços da eletricidade e do gaz, e já deram alguns passos para poderem dar algum apoio, mas querem ir ainda mais além e têm que ter encaixe financeiro para o poderem fazer; os comerciantes e os empresários da hotelaria e da restauração também têm família e este investimento acaba por dinamizar a economia local e contribuir para apoiar o setor e as famílias que dele dependem. -

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes sublinhou que estão a apreciar as decisões que foram tomadas pela Sra. Presidente, no uso da competência que lhe foi delegada por este órgão, e, por vezes, é esta informação que lhes permite conhecer as opções que constam dos documentos previsionais, agrupadas em rúbricas genéricas, ou que vão sendo tomadas nalgumas áreas. Salientou a importância das medidas de apoio às famílias recordando que os vereadores do PSD apresentaram uma proposta de apoio às instituições particulares de solidariedade social, e às entidades que estão a dar resposta a pessoas vulneráveis, que estão a atravessar grandes dificuldades, mas não tem sido opção da maioria deste Executivo dar esse apoio para minimizar os impactos nas suas atividades e resultados, contrariamente a outros concelhos que, por vezes, estabelecem protocolos com essas instituições ou dão apoios em termos de carrinhas e de redução nos custos dos consumos, por exemplo, que também são uma forma alternativa de ajuda às famílias; não coloca em dúvida que esta iniciativa vá ajudar as famílias, mas a verdade é que os gastos não se limitam ao valor da aquisição de serviços



que referiu e deviam estar sistematizados num único documento, para além de que os acessos às diversões vão ser pagos.-----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que acha muito bem que haja discussão e que sejam colocadas questões sobre os despachos que efetua ao abrigo das competências que lhe estão delegadas. Sublinhou que o Município suporta os encargos decorrentes da existência de uma tarifa de consumo de água específica para instituições particulares de solidariedade social, e que, prevendo-se um ano de dois mil e vinte e três complicado, considera imprescindível que haja medidas de apoio direto às famílias da classe média, sendo certo que, se tiverem familiares naquelas instituições, elas também estarão indiretamente a ser apoiadas. -----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 05 – CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO – Junta de Freguesia de Paialvo-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou o empréstimo de cinco baias à Junta de Freguesia de Paialvo, para apoio a evento a realizar no dia 1 de novembro. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 3886/PR/2022, de 23 de outubro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 06 - EMPREITADA PARA RECUPERAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BAPTISTA EM TOMAR (1.ª FASE) – prorrogação do prazo de execução -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a prorrogação por 90 dias do prazo de execução da empreitada para recuperação/requalificação da Igreja de São João Baptista (1.ª fase), e os correspondentes planos de trabalhos e cronograma financeiro, nos termos e fundamentos da informação n.º 8559/2022 do Departamento de Obras Municipais. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a prorrogação do prazo de execução da obra e os correspondentes planos de trabalhos e cronograma financeiro, nos termos e fundamentos da referida informação, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que esta obra tinha prazo de execução até junho do corrente ano, mas, dada a sua complexidade, é de certa forma compreensível o atraso que tem acontecido, não evitando a preocupação perante a proximidade da data do arranque da Festa dos Tabuleiros. Reforçou a vontade que a missa da



primeira saída de coroas tenha lugar neste espaço, solicitando para o efeito o empenho e o acompanhamento necessário.-----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que é uma obra onde estão sempre a surgir muitas coisas, que vão tentando equilibrar; partilham a preocupação, até porque, depois dos trabalhos concluídos, é preciso limpar e colocar alcatifas e bancos, mas esperam que corra bem.-----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que seria interessante poderem, de vez em quando, visitar algumas das obras em curso, com algum acompanhamento técnico e explicação adequada.-----

Em resposta, a Sra. Presidente considerou a sugestão pertinente adiantando desde logo a possibilidade de participação nos últimos ensaios da iluminação da Igreja, agendada para o dia dez de novembro, pelas dezoito horas e trinta minutos, sem prejuízo de poderem acertar outra data.-----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:-----

N.º 07 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Sporting Clube de Tomar-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar (nave, sala de formação, ginásio, balneários e bar) para a realização do Estágio Internacional de Patinagem Artística, promovido pelo Sporting Clube de Tomar, nos dias 27, 28 e 29 de dezembro, nos termos e fundamentos da informação n.º 1205/2022 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:-----

N.º 08 – PROCISSÃO DE VELAS – isenção de taxas-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas aplicáveis ao licenciamento de procissão de velas, a realizar no dia 29 de outubro, conforme solicitado pela Ordem Franciscana Secular - Fraternidade de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 5129/DAJA/2022.



Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar do pagamento das taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----

N.º 09 – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TEMPLÁRIOS - ANO LETIVO 2022/2023-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a implementação de Atividades de Enriquecimento Curricular no Agrupamento de Escolas Templários, mediante o estabelecimento de protocolos de colaboração com o Basket Club de Tomar (Basket), a Canto Firme de Tomar – Associação de Cultura (Atelier de Artes) e a Sociedade Filarmónica Gualdim Pais (Educação Física; Judo e Música), nos termos e fundamentos da informação n.º 1594/2022 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a implementação de Atividades de Enriquecimento Curricular no Agrupamento de Escolas Templários, no ano letivo 2022/2023, nos termos propostos na referida informação, que homologa. -----

Mais deliberou aprovar a minuta dos Protocolos de Colaboração a celebrar com o Agrupamento de Escolas Templários e as associações identificadas. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 10 – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS NUNO DE SANTA MARIA - ANO LETIVO 2022/2023-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a implementação de Atividades de Enriquecimento Curricular no Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria, mediante o estabelecimento de protocolos de colaboração com o Basket Club de Tomar (Basket), o CALMA – Clube de Atividades de Lazer e Manutenção (Divertidamente), a Canto Firme de Tomar - Associação de Cultura (Atelier de Artes), o Ginásio Clube de Tomar (Expressão Físico-Motora), a Sociedade Filarmónica Gualdim Pais (Expressão Físico-Motora) e o Sport Clube Operário Cem Soldos (Judo), nos termos e fundamentos da informação n.º 1593/2022 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a implementação de Atividades de Enriquecimento Curricular no Agrupamento de Escolas Nuno



de Santa Maria, no ano letivo 2022/2023, nos termos propostos na referida informação, que homologa. -----

Mais deliberou aprovar a minuta dos Protocolos de Colaboração a celebrar com o Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria e as associações identificadas. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 11 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS – ANO LETIVO 2022/2023 - 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO (2.ª FASE) -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a apreciação do Executivo Municipal o resultado da análise das candidaturas a auxílios económicos do primeiro ciclo do ensino básico, para o ano letivo 2022/2023, de acordo com o n.º 7 do artigo 9.º do regulamento interno para a ação social escolar, envolvendo a atribuição de apoios para aquisição de livros de fichas e material escolar, no valor total de 3.624,50€ (três mil, seiscentos e vinte e quatro euros e cinquenta cêntimos), nos termos e fundamentos da informação n.º 1644/2022 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir no ano letivo 2022/2023 os auxílios económicos constantes da referida informação e do mapa anexo, nos respetivos termos e fundamentos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 12 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESPECIAIS A CRIANÇAS PROVENIENTES DE FAMÍLIAS CARENCIADAS – ANO LETIVO 2022/2023 – JARDINS DE INFÂNCIA (1.ª FASE) -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a apreciação do Executivo Municipal o resultado da análise das candidaturas a subsídio especial para crianças carenciadas dos jardins de infância, no ano letivo 2022/2023, de acordo com o n.º 4 do artigo 19.º do regulamento interno para a ação social escolar, envolvendo a atribuição de subsídios de refeição e de ATL, no valor total de 36.615,45€ (trinta e seis mil, seiscentos e quinze euros e quarenta e cinco cêntimos), nos termos e fundamentos da informação n.º 1689/2022 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir no ano letivo 2022/2023 os subsídios constantes da referida informação e do mapa anexo, nos respetivos termos e fundamentos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que foi tido em



consideração o valor de um euro e quarenta e seis cêntimos por refeição, mas, em julho, esse valor foi revisto para o mínimo de dois euros e setenta e cinco cêntimos, por acordo com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, e, em agosto, o município adjudicou o fornecimento de refeições por um valor aproximado, pelo que a compensação, neste procedimento, e noutros anteriormente aprovados, devia ter esse valor em conta. -----

Em resposta, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão garantiu que estão a trabalhar com o novo valor definido e que o Município paga metade do valor da refeição a todos os alunos, acrescido de mais um quarto aos alunos com escalão B e da outra metade aos alunos com escalão A. ---

N.º 13 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO NO ANO LETIVO 2022/2023 NO ÂMBITO DE PROJETOS MUNICIPAIS DIRIGIDOS AOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO E À UNIVERSIDADE SÉNIOR -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a calendarização prevista para o autocarro do município no ano letivo 2022/2023, no âmbito de projetos municipais dirigidos aos alunos da educação pré-escolar e ensino básico do concelho e aos alunos da Universidade Sénior, nos termos da informação n.º 1703/2022 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a utilização do autocarro municipal de acordo com a informação n.º 1703/2022 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----

N.º 14 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Isabel Rosa Duarte Jacinto-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 2.940,00 m² a destacar do prédio rústico sito em Água das Maias, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 580/19530813, requerida por Isabel Rosa Duarte Jacinto, nos termos e fundamentos da informação n.º 17098/2022 da Divisão de Gestão do Território.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a certificação de destaque nos termos e fundamentos da referida informação, que homologa. ---

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 15 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Vitor Manuel dos Santos Francisco-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo ao Executivo Municipal o



deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 3.963,10 m² a destacar do prédio misto sito em Entre Valados, União das Freguesias de Casais e Alviobeira, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 3017/20220331, requerida por Vitor Manuel dos Santos Francisco, nos termos e fundamentos da informação n.º 17365/2022 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a certificação de destaque nos termos e fundamentos da referida informação, que homologa. --- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes salientou que o Plano Diretor Municipal foi publicado em janeiro, mas ainda não se encontra publicada a planta da REN, solicitando a informação adequada face ao que é referido na informação técnica. -----

Em resposta, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que a publicação depende formalmente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, e também da Agência Portuguesa do Ambiente; era importante que acontecesse, têm feito pressão, e vão continuar a fazer, nesse sentido, até porque, se houver alterações significativas na carta que venha a ser publicada, poderá obrigar a algumas alterações ao Plano Diretor Municipal e, apesar de automáticas, querem evitar o mais possível que aconteçam. Referiu que, no caso do Plano de Urbanização das Avesadas, aquilo que pode vir a resultar do novo plano pode ser bastante diferente em relação à atual área urbana, designadamente devido ao conjunto de linhas de água, as quais, por força da legislação em vigor, representam sempre zonas de REN.-----

N.º 16 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Manuel de Almeida Lopes-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 3.000,00 m² a destacar do prédio rústico sito em Moinho de Vento, União das Freguesias de Serra e Junceira, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 1737/19900703, requerida por Manuel de Almeida Lopes, nos termos e fundamentos da informação n.º 17631/2022 da Divisão de Gestão do Território.-

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a certificação de destaque nos termos e fundamentos da referida informação, que homologa. --- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 17 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Maria Rita Hintze Cardoso Delgado Alves Casquilho -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo ao Executivo Municipal o



deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 138.762,00 m² a destacar do prédio misto sito em Casal da Fonte Quente, Arrascada, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 2804/20051025, requerida por Maria Rita Hintze Cardoso Delgado Alves Casquilho, nos termos e fundamentos da informação n.º 17628/2022 da Divisão de Gestão do Território.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a certificação de destaque nos termos e fundamentos da referida informação, que homologa. --- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 18 – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA – isenção de taxas -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas aplicáveis ao pedido de informação prévia sobre a viabilidade de ampliação da Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas, designada Lar Raízes do Nabão, sita na Rua do Parque Desportivo, em Pedreira, União das Freguesias de Além da Ribeira e Pedreira, com a construção de quatro habitações colaborativas independentes, requerido por Sociedade Recreativa e Musical da Pedreira, nos termos e fundamentos da informação n.º 16960/2022 da Divisão de Gestão do Território.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento das taxas, ao abrigo da alínea a) do n.º 7 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 19 – REQUALIFICAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DA PORTELA PARA ALOJAMENTO E NÚCLEO MUSEOLÓGICO – parecer prévio ao projeto de alterações ----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a emissão de parecer prévio não vinculativo favorável ao projeto das alterações executadas na obra de requalificação da antiga escola primária da Portela, sita na rua Principal, em Portela, para alojamento e núcleo museológico, nos termos e fundamentos da informação n.º 17682/2022 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou emitir parecer prévio não vinculativo favorável ao projeto das alterações executadas na obra de requalificação da antiga escola primária da Portela para prestação de serviços de alojamento e núcleo museológico, nos termos do artigo 7.º do regime jurídico de urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação. -----



Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 20 – LOJA DO TURISMO 2022 – PREÇOS DO ARTESANATO E PRODUTOS LOCAIS --

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal os preços de venda de artesanato a praticar na Loja do Turismo, nos termos e fundamentos da informação n.º 1213/2022 da Divisão de Turismo e Cultura.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar os preços de venda da Santa Iria desenhada e da Santa Iria de uma cor, respetivamente 20,00€ (vinte euros) e 18,00€ (dezoito euros), incluindo o IVA.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 21 – LOJA DO TURISMO 2022 – VENDA DE MERCHANDISING DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO CAMINHO DE SANTIAGO -----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de venda na Loja do Turismo de pin back buttons (Emojis) colecionáveis, da Federação Portuguesa Caminho de Santiago, nos termos e fundamentos da informação n.º 1211/2022 da Divisão de Turismo e Cultura.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou autorizar a venda dos referidos produtos, pelo preço indicado pela Federação Portuguesa do Caminho de Santiago.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 22 – PREÇO DE VENDA DE PUBLICAÇÕES-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal o preço de venda do livro das Atas dos Colóquios de 2020 e 2021 da Rota Europeia dos Templários (TREF), nos termos e fundamentos da informação n.º 1212/2022 da Divisão de Turismo e Cultura.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar o preço unitário de venda da referida publicação, no montante de 10,00€ (dez euros), incluindo o IVA.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão perguntou se houve consulta ao mercado e se foram consultadas algumas tipografias no concelho.-----

Em resposta, a Sra. Presidente informou que foram solicitados três orçamentos e o serviço foi adjudicado à empresa que apresentou o preço mais baixo.-----



EXPEDIENTE: -----

N.º 23 - INFORMAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DA TEJO AMBIENTE, EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, EIM, SA REFERENTE AO ANO DE 2022 -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal a informação económico-financeira da Tejo Ambiente, EIM, SA referente ao primeiro semestre do ano corrente, elaborada em conformidade com o disposto na alínea h) do n.º 6 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, com proposta de envio à Assembleia Municipal, para conhecimento.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, tomou conhecimento e deliberou promover o envio da referida informação à Assembleia Municipal, para conhecimento. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que a informação prestada pelos Revisores Oficiais de Contas da empresa intermunicipal confirma que o desempenho económico é pior do que o verificado no primeiro semestre do ano dois mil e vinte e um, com as vendas em queda e os gastos operacionais a subir, conduzindo ao resultado negativo de um milhão e seiscentos mil euros; também a rentabilidade das vendas e dos capitais próprios são negativos e pioram em relação ao período homólogo, o que significa que a empresa está a perder valor. Salientou que este relatório deveria contemplar a evolução face ao orçamento, como decorre da lei, mas é omissivo em relação a essa matéria. -----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que a empresa tem sete meses de atividade com o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira inicial e apenas cinco meses de atividade com o estudo revisto, e ainda não tem dados para reportar sobre o desempenho da empresa com esse novo EVEF. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que é estranho haver perda de vendas num negócio destes e que este relatório evidencia que a empresa está mais frágil, mais dependente de terceiros e tem menor capacidade de recorrer a financiamentos. -----

Em resposta, a Sra. Presidente frisou que o preço de compra dos bens à entidade em alta subiu nos setores da água, do saneamento e dos resíduos sólidos, e que, para suportar a componente nacional das obras financiadas que estão em curso, foram contraídos empréstimos, e são elevados os juros e a dependência da banca, mas espera que as medidas tomadas no âmbito da revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira estejam a



corrigir a situação apresentada. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes pediu informação acerca dos investimentos previstos para o próximo ano para remodelação das condutas de água no concelho, tendo em conta a situação de degradação em que se encontram e as perdas de água que se verificam, e também, em termos de projetos de saneamento em baixa. -----

Em resposta, a Sra. Presidente informou que ainda não está definido se a remodelação de condutas vai ser financiada no âmbito do Programa Operacional Regional, sendo certo que estão referenciados oito milhões de euros para renovação dos duzentos e cinquenta e oito quilómetros de conduta que eram abastecidos pela Mendacha, abrangendo quatro mil e quatrocentos alojamentos; se não houver financiamento, terão que encontrar alternativas, eventualmente o recurso ao BEI, se a Tejo Ambiente o puder fazer. Salientou que a água é um bem cada vez mais escasso e não podem falar em sistemas mais eficientes de telegestão, telemetria e teletudo, se as condutas estão podres. Deu nota que Tomar tem identificados alguns investimentos na área do saneamento, priorizados com base no número de habitantes a servir, e sinalizados junto da empresa intermunicipal e da Comunidade Intermunicipal, no âmbito do Ciclo da Água, mas ainda nada está fechado. -----

N.º 24 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE-----

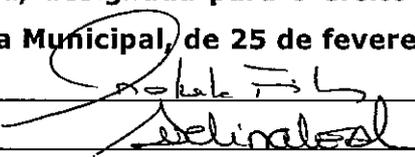
Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 554/2022 da Presidência, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência do autocarro, no dia 4 de novembro, para transporte dos participantes nas IV Jornadas Templárias de Psiquiatria, com o custo estimado de 115,82€ (cento e quinze euros e oitenta e dois cêntimos). -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou ceder o autocarro municipal. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

Terminados os trabalhos, sendo onze horas e trinta e nove minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---



Avelina Leal